

Pag. 01/15



NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.0656873-5

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2022/286927-5

05/04/2022 12:59:58

JUCERJA

Último arquivamento:

00004836904 - 06/04/2022

NIRE: 33.2.0656873-5

PARADIGM GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA

Boleto(s): 104007463

Hash: 7BD3D0CA-9BCD-44A1-89AC-286D9C3B9CD2

Orgão	Calculado	Pago
Junta	458,00	458,00
DREI	0,00	0,00

## REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

### PARADIGM GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código  
do Ato

002

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
051	1	Alteração / Consolidação de Contrato / Estatuto
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX

#### Requerente

Nome:	Reginaldo Carvalho da Silva
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	21982413195
E-mail:	regisilva1502@gmail.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	05/04/2022
Data da 1ª entrada:	05/04/2022

Rio de Janeiro

Local

05/04/2022

Data

#### Últimos Retornos

11/04/2022  
06/04/2022  
xx/xx/xxxx  
xx/xx/xxxx  
xx/xx/xxxx  
xx/xx/xxxx  
xx/xx/xxxx  
xx/xx/xxxx  
xx/xx/xxxx  
xx/xx/xxxx



00-2022/286927-5

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: PARADIGM GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA

NIRE: 33.2.0656873-5 Protocolo: 00-2022/286927-5 Data do protocolo: 05/04/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/04/2022 SOB O NÚMERO 00004844829 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: AE5347BD0E3FA135C33038F0C52AD4311D830287A387B9CF37A8885AD6A577B8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 02/15



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE 17ª ALTERAÇÃO  
AO CONTRATO SOCIAL DE PARADIGM  
GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA.**

**CNPJ/ME: 04.109.830/0001-02**

**NIRE: 33.2.06568735**

Pelo presente instrumento particular:

1. **PARADIGM GEOPHYSICAL B.V.**, uma sociedade devidamente organizada e existente de acordo com as leis dos Países Baixos, com sede em Patrijsweg 140, 2289 EZ Rijswijk, Países Baixos, registrada na Câmara do Comércio sob o nº 34126093, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.200.210/0001-00, neste ato representada por seu procurador, o Sr. **Claudio da Silva Teixeira**, brasileiro, casado, Vice-Presidente e Gerente Geral de Soluções de Automação, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.855-010 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob nº 939.123.908-00, com endereço comercial na Cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, na Avenida Hollingsworth, 325, Iporanga, CEP 18087-105; e
2. **PARADIGM GEOPHYSICAL CORP.**, uma sociedade constituída e existente de acordo com as leis do Estado de Delaware, com sede em 6005 Rogerdale Road, na Cidade de Houston, Estado do Texas, 77072, Estados Unidos da América, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.567.689/0001-05, neste ato representada por seu procurador, Sr. **Claudio da Silva Teixeira**, acima qualificado;

únicas sócias da **PARADIGM GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco, nº 138, 17º andar (parte), Centro, CEP 20040-002, registrada no CNPJ/ME sob nº 04.109.830/0001-02 (a "Sociedade"), com seu Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.2.06568735, e a 16ª e última alteração contratual, datada de 15 de junho de 2020, registrada na JUCERJA sob o nº 00003888405 em 26 de junho de 2020, resolvem, por unanimidade e sem reservas, alterar pela 17ª vez o Contrato Social da Sociedade, conforme disposto a seguir:

**I. ENDEREÇO E REPRESENTAÇÃO DAS SÓCIAS DA SOCIEDADE**

**I.1** A sócia **PARADIGM GEOPHYSICAL CORP.** decide consignar a alteração do endereço de sua sede de 820 Gessner Road, Suite 400, na Cidade de Houston, Estado do

Texas, Estados Unidos da América para 6005 Rogerdale Road, na Cidade de Houston, Estado do Texas, 77072, Estados Unidos da América, conforme já indicado no preâmbulo desta Alteração do Contrato Social da Sociedade.

I.2. A alteração de endereço mencionada acima ainda está em processo de atualização perante a Receita Federal do Brasil para que o CNPJ da sócia **PARADIGM GEOPHYSICAL CORP.** seja devidamente atualizado.

I.3. A sócia **PARADIGM GEOPHYSICAL B.V.** decide ratificar o endereço da sua sede social em Patrijsweg 140, 2289 EZ Rijswijk, Países Baixos.

I.4. Ato seguinte, as sócias decidem consignar que a Sra. **Aline Osiro Nakama**, brasileira, solteira, conselheira jurídica sênior, portadora da Cédula de Identidade RG n° 33.981.654-5 SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob n° 331.076.508-38, com endereço comercial na Cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, na Avenida Hollingsworth, 325, Iporanga, CEP 18087-105, não é mais procuradora delas e não tem mais poderes para receber citações em nomes das sócias para os fins constantes da Lei n° 6.404/76, ou para realizar qualquer ato em seus nomes. Ainda, as sócias consignam que o Sr. **Claudio da Silva Teixeira**, brasileiro, casado, Vice-Presidente e Gerente Geral de Soluções de Automação, portador da Cédula de Identidade RG n° 10.855.010 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob n° 939.123.908-00, com endereço comercial na Cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, na Avenida Hollingsworth, 325, Iporanga, CEP 18087-105, é o novo procurador das sócias para todos os fins legais.

## II. CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE

II.1 Por fim, as sócias decidem, por unanimidade e sem reservas, consolidar o Contrato Social da Sociedade, conforme segue:

### “CONTRATO SOCIAL DE PARADIGM GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E FORO

A Sociedade é uma sociedade limitada, de natureza empresarial, denominada **PARADIGM GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA.** e tem sua sede e domicílio legal na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco, n° 138, 17° andar (parte), Centro, CEP: 20040-002, podendo abrir filiais, sucursais ou escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação dos sócios representando  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social da Sociedade, a ser apurado em Reunião de Sócios na forma estabelecida nas Cláusulas Nona e Décima do Contrato Social da Sociedade.



**CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO SOCIAL**

O objeto social da Sociedade compreenderá a prestação de serviços geológicos e geofísicos de qualquer natureza, venda de software e hardware, incluindo a manutenção destes, desenvolvimento de software, consultoria e treinamento de pessoal para empresas da área de petróleo, gás e mineração e para universidades, bem como a representação de sociedades estrangeiras com objeto social similar. A Sociedade poderá, ainda, importar software e hardware para seu uso próprio ou para revenda.

**Parágrafo Único** - Fica facultado à Sociedade participar de outras pessoas jurídicas, comerciais ou industriais, podendo, para tanto, subscrever parte do capital social, sempre subordinando tais participações a deliberação em reunião dos sócios a realizar-se nos termos das Cláusulas Nona e Décima desse Contrato Social.

**CLÁUSULA TERCEIRA - CAPITAL SOCIAL**

O capital social é de R\$ 147.420,00 (cento e quarenta e sete mil, quatrocentos e vinte reais), dividido em 1.053 (mil e cinquenta e três) quotas, no valor nominal de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional. O capital social é distribuído entre os sócios da seguinte forma:

<u>Sócio</u>	<u>Número de Quotas</u>	<u>Valor em R\$</u>
Paradigm Geophysical B.V.	1.052	147.280,00
Paradigm Geophysical Corp.	01	140,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.053</b>	<b>147.420,00</b>

**Parágrafo Primeiro** - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela parcela não integralizada do capital social, nos termos do artigo 1.052 do Código Civil e não respondem pelas obrigações sociais, nem mesmo subsidiariamente, inclusive na hipótese de liquidação da Sociedade.

**Parágrafo Segundo** - O aumento do capital social só poderá ocorrer uma vez completada a integralização do capital social e dependerá de aprovação dos sócios que representem, no mínimo,  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social.

**Parágrafo Terceiro** - Os sócios terão preferência para participar do aumento do capital social, na proporção de suas respectivas quotas, preferência essa que deverá ser manifestada em até 30 (trinta) dias após a deliberação de tal aumento.

**Parágrafo Quarto** - A redução do capital social só poderá ocorrer se houver perdas irreparáveis, uma vez completada a integralização do capital social, ou se excessivo em relação ao objeto da Sociedade, nos termos dos artigos 1.082 a 1.084 do Código Civil.

**Parágrafo Quinto** - Cada quota dará direito a um voto nas deliberações sociais, que serão sempre tomadas de acordo com o quórum estabelecido na lei ou neste Contrato Social.

**Parágrafo Sexto** - Fica acordado entre os sócios da Sociedade que o saldo de R\$ 101,74 (cento e um reais e setenta e quatro centavos), decorrente de variação do valor nominal de quotas e fracionamento da quota representativa do capital social da Sociedade, será utilizado pela sócia Paradigm Geophysical B.V. em futuro aumento ou redução de capital social nos termos da lei vigente.

#### **CLÁUSULA QUARTA - PRAZO**

O prazo de duração da Sociedade será por tempo indeterminado.

#### **CLÁUSULA QUINTA - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS**

As quotas da Sociedade são indivisíveis e não poderão ser transferidas, cedidas, empenhadas, oneradas ou alienadas de qualquer outra forma, sem o expresse consentimento dos sócios representando, pelo menos,  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social, cabendo em igualdade de preços e condições, o direito de preferência ao sócio que queira adquiri-las, no caso de algum sócio pretender ceder as que possui.

**Parágrafo Único** - Em caso de cessão e transferência de quotas, o cedente não responderá solidariamente com o cessionário pelo prazo de dois anos a contar do registro da alteração contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 1.003 do Código Civil, tendo em vista a adoção da regência supletiva pela Lei das Sociedades Anônimas.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA ADMINISTRAÇÃO**

A administração da Sociedade caberá a 01 (um) Administrador, sócio ou não, residente no Brasil, nomeado ou não em ato separado pelos sócios, o qual terá a denominação de Administrador da Sociedade. Os sócios poderão, a qualquer momento, substituir o Administrador ora nomeado. Pelo presente, os sócios ratificam a nomeação, para o cargo de Administrador da Sociedade, do Sr. Daniel Eduardo Salas Marquina,



venezuelano, casado, gerente de vendas, portador da Cédula de Identidade para Estrangeiros "RNE" nº V758378-S e do CPF/ME sob nº 701.617.081-02, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Rio Branco, nº 138, 17º andar (parte), Centro, CEP 20040-002, na mesma Cidade e Estado do Rio de Janeiro. O Administrador da Sociedade deverá gerir e administrar a Sociedade de acordo com as políticas internas e procedimentos estabelecidos pelos sócios.

**Parágrafo Primeiro** - Incluem-se entre os poderes da administração, desde que aprovado pelos sócios representando a maioria do capital social da Sociedade, os de constituir, em nome da Sociedade, procuradores investidos de poderes especiais e dos constantes das cláusulas *ad judicia* e *ad negotia*, cujos atos e operações deverão constar especialmente do instrumento de nomeação.

**Parágrafo Segundo** - Todo e qualquer ato praticado pelo Administrador que esteja em desacordo com as regras da presente cláusula bem como com as demais cláusulas deste Contrato Social, serão tidas como nulas de pleno direito, não produzindo efeitos perante a Sociedade ou seus sócios.

**Parágrafo Terceiro** - Sem prejuízo do disposto na Cláusula Sétima deste Contrato Social, qualquer movimentação bancária ou ato praticado junto a bancos em nome da Sociedade só poderá ser efetuado mediante a assinatura, conjunta, do Administrador e um procurador, devidamente constituído em procuração por instrumento público, cuja revogação somente poderá ser feita mediante a autorização dos sócios representando a maioria do capital social da Sociedade.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - CONSENTIMENTO PRÉVIO E POR ESCRITO**

Sem prejuízo do disposto na legislação aplicável e no presente Contrato Social, o Administrador não poderá praticar nenhum dos seguintes atos sem o consentimento prévio e por escrito (inclusive por comunicação eletrônica como e-mail e fac-símile) do sócio representando a maioria do capital social da Sociedade, consentimento este que poderá ser evidenciado por seus diretores ou por procuradores devidamente constituídos por tal sócio majoritário:

- (i) adquirir, alienar e gravar bens e ativos da Sociedade;
- (ii) celebrar acordos em que a Sociedade figure como devedora de instituições financeiras;

- (iii) abrir contas bancárias em nome da Sociedade e designar indivíduos para movimentá-las ou movimentar contas já existentes;
- (iv) emprestar dinheiro ou retirar empréstimos, com exceção de montantes relativos a créditos já disponibilizados por instituições financeiras à Sociedade;
- (v) celebrar contratos para o aluguel de dependências ou contratos para reformar dependências alugadas pela Sociedade;
- (vi) participar direta ou indiretamente no capital de outras sociedades ou modificar as participações societárias já existentes;
- (vii) realizar investimentos e desinvestimentos;
- (viii) celebrar contratos que estejam fora do curso normal dos negócios por meio dos quais a Sociedade se obrigue como garantidora ou como co-devedora solidária ou de outro modo garanta ou concorde em prestar fiança em dívidas de terceiros;
- (ix) efetuar pagamentos em nome da Sociedade que estejam fora do curso normal dos negócios;
- (x) praticar quaisquer atos que estejam fora do curso normal dos negócios;
- (xi) celebrar ou validar qualquer transação com qualquer administrador da Sociedade ou quaisquer diretores ou administradores de subsidiárias ou afiliadas da Sociedade;
- (xii) contratar, rescindir, renovar, promover, eleger, avaliar ou planejar a sucessão de qualquer administrador da Sociedade ou quaisquer diretores ou administradores de subsidiárias ou afiliadas da Sociedade;
- (xiii) criar novas funções executivas ou cargos de administração para a Sociedade;
- (xiv) celebrar acordos prevendo a indenização de qualquer administrador, empregado, agente ou representante da Sociedade ou de outra sociedade, parceria, *joint venture*, *trust* ou qualquer outra iniciativa;



- (xv) modificar quaisquer das políticas ou princípios tributários, contábeis, de escrituração ou de registro da Sociedade; e
- (xvi) aceitar, aprovar ou modificar os auditores externos ou os relatórios de auditoria da Sociedade ou solicitar relatórios a tais auditores externos.

**Parágrafo Primeiro** - O diretor do sócio representando a maioria do capital social, bem como seu procurador, poderá determinar que as transações, resoluções ou ações previstas no *caput* desta Cláusula fiquem isentas da aprovação do sócio majoritário se o valor envolvido não exceder o limite fixado pelo sócio majoritário, sendo certo que tal decisão será comunicada por escrito, em detalhes, ao Administrador.

**Parágrafo Segundo** - O diretor do sócio representando a maioria do capital social, bem como seu procurador, poderá requerer que determinadas transações, resoluções ou ações do Administrador, mesmo que não estejam listadas no *caput* desta Cláusula, sujeitem-se à sua prévia aprovação. Tais resoluções deverão ser claramente especificadas e notificadas com a devida antecedência, por escrito, ao Administrador.

**Parágrafo Terceiro** - Os sócios poderão nomear procuradores para representar seus interesses e aprovar formalmente transações, resoluções ou ações do Administrador, conforme definido no *caput* desta Cláusula.

#### **CLÁUSULA OITAVA - EXERCÍCIO FISCAL, BALANÇO PATRIMONIAL E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS**

O exercício social encerra-se no dia 30 de setembro de cada ano civil. O Administrador deverá proceder anualmente, após o exercício social encerrado, ao levantamento do balanço patrimonial do exercício, dos resultados financeiros e do resultado da administração, a fim de apresentá-los na reunião de sócios na qual se deliberará acerca da aprovação, ou não, destes documentos.

**Parágrafo Primeiro** - Os sócios tomarão tais documentos como base para as decisões acerca da distribuição de lucros e/ou sua destinação, nas reuniões de sócios devidamente convocadas e instaladas.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões dos sócios serão convocadas e ocorrerão conforme avenço na Cláusula Nona deste Contrato Social, não ficando isento o Administrador das obrigações previstas no *caput* desta cláusula na hipótese das reuniões dos sócios realizarem-se em períodos superiores à vigência de um exercício social, sob pena de responsabilização da administração.

**Parágrafo Terceiro** - O sócio representando a maioria do capital social da Sociedade discutirá, na forma estabelecida nesta cláusula, sobre a destinação dos resultados, não tendo os sócios qualquer direito aos lucros sem deliberação expressa. O sócio representando a maioria do capital social da Sociedade poderá, ainda, determinar, ao seu critério, que os lucros e/ou dividendos do exercício sejam distribuídos aos sócios, sem qualquer vinculação proporcional às respectivas participações no capital social da Sociedade.

**Parágrafo Quarto** - Não haverá dividendo obrigatório, nem qualquer limite à retenção de lucros, devendo a conveniência e o momento da distribuição de lucros serem livremente determinados pelos sócios que detenham a maioria do capital social.

**Parágrafo Quinto** - Os sócios não se obrigam pela reposição das perdas, não havendo, em nenhuma hipótese, dever residual de reintegralizar o capital.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS REUNIÕES DOS SÓCIOS**

As deliberações sociais, salvo disposição em contrário deste Contrato Social, serão tomadas sempre em reunião, que deverá ser convocada pelo Administrador nos casos previstos em lei ou neste Contrato Social, sendo dispensadas as formalidades de convocação previstas no artigo 1.152, parágrafo terceiro do Código Civil, quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia.

**Parágrafo Primeiro** - A reunião também poderá ser convocada pelos sócios nos casos previstos na lei ou neste Contrato Social, ou por titulares de mais de  $\frac{1}{5}$  (um quinto) do capital social, quando não atendido, no prazo de 08 (oito) dias, com pedido de convocação fundamentado, com a indicação das matérias a serem tratadas.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões deverão realizar-se na sede da Sociedade, instalando-se em primeira convocação com a presença dos sócios representando a maioria do capital social da Sociedade, e em segunda convocação com qualquer número.

**Parágrafo Terceiro** - O Presidente e o Secretário das reuniões serão eleitos pela maioria dos presentes e organizarão os trabalhos da mesa bem como conduzirão as deliberações e ordem do dia.

**Parágrafo Quarto** - As deliberações tomadas em conformidade com a lei ou com este Contrato Social vinculam todos os sócios, ainda que dissidentes ou ausentes.



**Parágrafo Quinto** - A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria.

**Parágrafo Sexto** - Qualquer sócio poderá fazer-se representar, nas reuniões, por procurador, atendidos os requisitos do artigo 1.074 do Código Civil.

**Parágrafo Sétimo** - Os acordos de sócios deverão ser observados pela Sociedade, desde que levados a registro na sua sede e, em relação a terceiros, apenas produzirão efeitos se arquivados em registro competente.

**CLÁUSULA DÉCIMA - QUORUM DE DELIBERAÇÃO**

Dependerão de aprovação dos sócios representando a maioria do capital social da Sociedade, as seguintes matérias:

- a) aprovação das contas da administração, do balanço e do relatório da administração, referentes a exercícios fiscais findos;
- b) designação de administradores em ato separado;
- c) destituição de administradores;
- d) remuneração de administradores; e
- e) pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial .

**Parágrafo Primeiro** - Dependerá da aprovação dos sócios representando 75% (setenta e cinco por cento) do capital social da Sociedade, as deliberações que versarem sobre as seguintes matérias:

- a) designação e destituição de administradores nomeados no contrato social, exceto nas hipóteses descritas nos Parágrafos Segundo e Terceiro desta Cláusula;
- b) alteração do contrato social;
- c) incorporação, fusão, dissolução da sociedade ou cessação do estado de liquidação; e
- d) alienação de bens imóveis.

**Parágrafo Segundo** - A designação de administrador não sócio no Contrato Social dependerá de aprovação unânime dos sócios, caso o capital social não esteja totalmente integralizado, e dos sócios representando 2/3 (dois terços) do capital social da Sociedade caso o capital social esteja totalmente integralizado.

**Parágrafo Terceiro** - A destituição de sócio administrador nomeado por meio do Contrato Social dependerá da aprovação dos sócios representando 2/3 (dois terços) do capital social da Sociedade.

**Parágrafo Quarto** - As matérias que não estiverem previstas nessa cláusula serão deliberadas mediante aprovação dos sócios representando a maioria do capital social da Sociedade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXCLUSÃO DE SÓCIO**

A exclusão de sócio dar-se-á exclusivamente por deliberação dos sócios representando a maioria do capital social da Sociedade, na ocorrência de um dos fatos enumerados nesta Cláusula. Para tanto, será convocada reunião extraordinária de sócios, na qual se deliberará sobre a ocorrência ou não dos fatos imputados ao sócio a ser excluído. Em havendo aprovação, a mesma se processará mediante alteração do Contrato Social da Sociedade.

Os fatos ensejadores da exclusão de sócios são os seguintes:

- a) abuso ou inconveniência de conduta;
- b) concorrência desleal à sociedade;
- c) infração ou falta no exato cumprimento dos deveres de sócio;
- d) fuga ou ausência prolongada sem motivo justificado; ou
- e) qualquer fato relevante que afete os negócios da Sociedade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - REEMBOLSO**

Nos casos de morte, incapacidade civil ou exclusão, os haveres dos sócios serão avaliados com base no valor contábil dos mesmos, considerando-se, para efeitos da avaliação, a data do evento que motivou a saída ou a data do falecimento do sócio.

**Parágrafo Único** - A avaliação a que alude esta cláusula deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data do evento, sob pena de responsabilização da administração, sendo que o resultado apurado deverá ser pago ao sócio excluído, ou aos herdeiros do sócio falecido, em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, com as devidas correções monetárias e juros legais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE**

A Sociedade não se dissolverá com o falecimento, ausência ou impedimento de qualquer um dos sócios, e continuará as atividades com os herdeiros e sucessores do sócio falecido, ausente ou impedido, os quais nomearão um representante para atuar



na sociedade, se isso acordarem. Na falta de acordo, os haveres do sócio falecido, ausente ou impedido, serão apurados na forma da Cláusula Décima Segunda deste Contrato Social.

A Sociedade também não será dissolvida pela retirada, falência, dissolução ou exclusão de qualquer dos sócios. Nesse caso, os sócios remanescentes poderão, no prazo de 30 (trinta) dias da ocorrência de tal evento, decidir pela continuação da Sociedade. Se o(s) sócio(s) remanescente(s) decidir(em) pela continuação da Sociedade, estes terão a opção de comprar, com base no valor contábil apurado na forma da Cláusula Décima Segunda acima, as quotas do sócio excluído, falido, dissolvido ou expulso da Sociedade.

**Parágrafo Primeiro** - Remanescendo apenas um sócio, a Sociedade passará a ser uma sociedade limitada unipessoal, conforme disposições do Código Civil.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E FORO**

A Sociedade será regida pelas disposições do Código Civil e demais legislações aplicáveis.

**Parágrafo Primeiro** - Os sócios adotam, no que for compatível e não convencionado expressamente em contrário, respeitadas as normas de ordem pública, próprias de tipo jurídico, a regência supletiva pela lei de Sociedades Anônimas.

**Parágrafo Segundo** - O foro competente será sempre o da Cidade e Estado do Rio de Janeiro, renunciando os contratantes a qualquer outro a que tenham direito ou venham a adquirir.”

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento particular de 17ª alteração ao contrato social de Paradigm Geophysical do Brasil Ltda. em 1 (uma) via.

Rio de Janeiro/RJ, 31 de março de 2022

**PARADIGM GEOPHYSICAL B.V.**

DocuSigned by:  
*Claudio Teixeira*  
5DBF7F6CD81D4B3...

**Por: Claudio da Silva Teixeira**  
Cargo: Procurador

**PARADIGM GEOPHYSICAL CORP.**

DocuSigned by:  
*Claudio Teixeira*  
5DBF7F6CD81D4B3...

**Por: Claudio da Silva Teixeira**  
Cargo: Procurador

**Certificate Of Completion**

Envelope Id: EB1067CA42714AD2A478475538ABC12B

Status: Completed

Subject: Please DocuSign: 20220404 - Paradigm\_17a ACS\_(Procuradores)(401626620.4) - for signature.pdf

Source Envelope:

Document Pages: 11

Signatures: 2

Envelope Originator:

Certificate Pages: 4

Initials: 0

Gabriela Oliveira

AutoNav: Enabled

gabriela.oliveira@emerson.com

Envelope Stamping: Enabled

IP Address: 144.191.148.10

Time Zone: (UTC-08:00) Pacific Time (US &amp; Canada)

**Record Tracking**

Status: Original

Holder: Gabriela Oliveira

Location: DocuSign

4/4/2022 4:58:08 AM

gabriela.oliveira@emerson.com

**Signer Events**

Claudio Teixeira

Claudio.Teixeira@Emerson.com

General Manager

emerson

Security Level: Email, Account Authentication  
(None)**Signature**

DocuSigned by:



50B77F8CD81D483...

Signature Adoption: Pre-selected Style

Signed by link sent to

Claudio.Teixeira@Emerson.com

Using IP Address: 144.191.148.9

**Timestamp**

Sent: 4/4/2022 5:07:25 AM

Viewed: 4/4/2022 7:28:54 AM

Signed: 4/4/2022 7:29:02 AM

**Electronic Record and Signature Disclosure:**

Accepted: 3/9/2021 10:46:54 AM

ID: 433c8c78-e4f5-4a34-bb3e-77dfb45ddf5f

**In Person Signer Events****Signature****Timestamp****Editor Delivery Events****Status****Timestamp****Agent Delivery Events****Status****Timestamp****Intermediary Delivery Events****Status****Timestamp****Certified Delivery Events****Status****Timestamp****Carbon Copy Events****Status****Timestamp****Witness Events****Signature****Timestamp****Notary Events****Signature****Timestamp****Envelope Summary Events****Status****Timestamps**

Envelope Sent

Hashed/Encrypted

4/4/2022 5:07:25 AM

Certified Delivered

Security Checked

4/4/2022 7:28:54 AM

Signing Complete

Security Checked

4/4/2022 7:29:02 AM

Completed

Security Checked

4/4/2022 7:29:02 AM

**Payment Events****Status****Timestamps****Electronic Record and Signature Disclosure**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: PARADIGM GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA

NIRE: 332.0656873-5 Protocolo: 00-2022/286927-5 Data do protocolo: 05/04/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/04/2022 SOB O NÚMERO 00004844829 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: AE5347BD0E3FA135C33038F0C52AD4311D830287A387B9CF37A8885AD6A577B8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





## IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA PARADIGM GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA, NIRE 33.2.0656873-5, PROTOCOLO 00-2022/286927-5, ARQUIVADO EM 12/04/2022, SOB O NÚMERO (S) 00004844829, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
805.780.477-72	JOSÉ ALMIR PAIVA DA SILVA
261.632.618-36	REGINALDO CARVALHO DA SILVA

12 de abril de 2022.

Jorge Paulo Magdaleno Filho  
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: PARADIGM GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA

NIRE: 332.0656873-5 Protocolo: 00-2022/286927-5 Data do protocolo: 05/04/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/04/2022 SOB O NÚMERO 00004844829 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: AE5347BD0E3FA135C33038F0C52AD4311D830287A387B9CF37A8885AD6A577B8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCEFJA  
assinado digitalmente ✓

Pag. 15/15